

Autos: 5018378-10.2023.8.13.0701

Classe: 120 - Mandado de Segurança Cível

PARECER FINAL

Meritíssimo Juiz,

SETT SINALIZAÇÃO E EQUIPAMENTOS DE TRÂNSITO E COMERCIO - EIRELI impetrou **mandado de segurança** contra ato praticado pelo **Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONVALE** e pela **Presidente da Comissão de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONVALE**.

Alega que participou de procedimento licitatório promovido pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONVALE, regulado pelo Edital de Pregão Presencial nº 029/2023; que, após análise das propostas das licitantes credenciadas e superada a fase de lances, foi declarada vencedora; que, em razão da interposição de recurso administrativo por outra licitante, a pregoeira proferiu decisão para inabilitá-la, por supostamente não apresentar certidão de acervo técnico - CAT suficiente ao exigido no instrumento convocatório em nome do Sr. Reinaldo; que referida decisão foi homologada pelo Presidente do CONVALE.

Esclarece que a CAT utilizada para atendimento das exigências editalícias é a do Sr. Reinaldo, integrante do seu quadro permanente; que cumpriu todas as exigências habilitatórias pertinentes à capacitação técnica;

que a exigência de atestado apenas profissional é evidente, conforme redação do item nº 8.5.1.2 do Edital; que o registro de atestado compete ao profissional, e não à empresa; que deve ser declarada a nulidade do ato administrativo que inabilitou a concorrente, determinando, por conseguinte, a homologação em seu favor.

Ao final, pleiteia a concessão de liminar, com a posterior procedência da demanda, e junta documentos (ID:9854468400/ID:9854481962).

O pedido liminar foi deferido (ID:9898261247).

Em ID:9904632655, foi promovida a emenda da petição inicial para inclusão no polo passivo da empresa *Sigma Engenharia Indústria e Comércio Ltda.* (ID:9904632655).

Os impetrados apresentaram informações em ID:9943419106, afirmando que a elaboração do edital e a análise da documentação deram-se em conformidade com os princípios e normativas vigentes; que a documentação de habilitação da empresa impetrante apresentou vários pontos controversos, desde o percentual de desconto ofertado de 50% para o primeiro lote e 35% para o segundo lote, quanto para os documentos de comprovação de capacidade técnica e econômico-financeira; que os atestados não precisam conter exatamente os mesmos serviços do certame, entretanto precisam ser compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, bem como ter complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

A interessada *Sigma Engenharia Indústria e Comércio Ltda.* manifestou em ID:10108967351, onde suscita a preliminar de ausência de interesse de agir, visto já ter sido celebrado o contrato, em fase de execução; que a impetrante não comprovou requisito previsto no edital; e que não existe o direito líquido e certo afirmado.

Após, os autos vieram ao Ministério Público para emissão de parecer final de mérito.

É o sucinto relatório.

Douto Julgador, inicialmente é de se impor a **rejeição** da **preliminar** de **ausência de interesse de agir** arguida pela terceira interessada *Sigma Engenharia Indústria e Comércio Ltda.*, isso porque a adjudicação do objeto licitado à empresa vencedora, seguida da formalização do contrato de prestação de serviços, não tem o condão de afastar - ou mesmo convalidar - eventual **ilegalidade** verificada no curso do procedimento licitatório. A propósito, confira-se o entendimento do **Tribunal de Justiça de Minas Gerais**, assim ementado:

“APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO LICITATÓRIO. ADJUDICAÇÃO. PRELIMINAR DE PERDA DE OBJETO. PRECEDENTES STJ. REJEIÇÃO. PRELIMINAR DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. AUSÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO DO VENCEDOR DO CERTAME NA RELAÇÃO PROCESSUAL. ART. 115 DO CPC. NULIDADE. SENTENÇA DESCONSTITUÍDA. RETORNO DOS AUTOS AO PRIMEIRO GRAU. 1. **A adjudicação na licitação não implica na perda superveniente de interesse processual da ação mandamental em que se discute a legalidade de procedimento licitatório, uma vez que as nulidades ocorridas durante o certame, nos termos do art. 49, § 2º, da Lei nº 8.666/93, também maculam o contrato celebrado posteriormente.** 2. O contratado, atingido diretamente em sua esfera jurídica pela sentença, é litisconsórcio necessário passivo na ação mandamental, nos termos do art. 115 do Código de Processo Civil. 3. Ausência de citação de litisconsorte passivo necessário, em sede de mandado de segurança, enseja a desconstituição da sentença, para que a impetrante promova sua citação, sob pena de indeferimento da inicial. (Apelação Cível 1.0000.23.072162-3/001, Relator(a): Des.(a) Pedro Bitencourt Marcondes, 19ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 14/09/2023, publicação da súmula em 21/09/2023). - negritos nossos.

Em exame do **mérito**, depreende-se dos autos que o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONVALE publicou o

Edital de Pregão Presencial nº 029/2023, objetivando a contratação de empresa de engenharia para a prestação de serviços de sinalização viária, com fornecimento de materiais e mão de obra, pelo período de 12 (doze) meses (ID:9854468451).

A impetrante, em um primeiro momento, foi declarada vencedora por apresentar o menor preço (ID:9854469050); todavia, após interposição de recurso administrativo pela licitante *Sigma Engenharia Indústria e Comércio Ltda.*, o consórcio, valendo-se do exercício do poder de autotutela administrativa, a inabilitou, **entendendo pela ausência de demonstração do requisito pertinente à qualificação técnica**, uma vez que os quantitativos do CAT - Certidão de Acervo Técnico do engenheiro *Reinaldo Miranda Júnior* não eram suficientes para a comprovação da quantidade de obras executadas, conforme Edital e Termo de Referência (decisão de ID:9854482304).

A respeito do requisito da **habilitação técnica**, o edital assim dispõe:

8.5.1 - Deverão ser exigidos os seguintes documentos probatórios da qualificação técnica dos licitantes participantes:

(...)

8.5.1.2 Capacitação técnico-profissional: comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente, na data fixada para a entrega da proposta, Engenheiro civil ou Agrimensor ou Tecnólogo da Construção ou outro profissional legalmente habilitado, detentor de Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA da região competente, relativa à execução de serviços com características semelhantes, limitadas estas às parcelas de maior relevância do objeto da licitação.

8.5.1.3 Entende-se como parcelas de maior relevância do objeto da licitação:

8.5.1.3.1 Execução de serviço da mesma natureza;

(...)

8.5.3 Para efeito de análise e julgamento pela equipe responsável dos atestados técnicos apresentados pelas empresas participantes, deverão ser analisados a comprovação de execução de 40% da quantidade total dos seguintes serviços mais relevantes:

Sinalização horizontal viária à base de resina acrílica; Fornecimento e instalação de tachas e tachões para sinalização viária; Fornecimento e instalação de postes e braços projetados de aço; Fornecimento e instalação de placas inclusive moduladas;

Ressalte-se que a disposição também é reproduzida no item nº 12.1.4 do Anexo II ao Edital - **Termo de Referência**:

12.1.4 Para efeito de análise e julgamento pela equipe responsável dos atestados técnicos apresentados pelas empresas participantes, deverão ser analisados a comprovação de execução de 40% da quantidade total dos seguintes serviços mais relevantes: Sinalização horizontal viária à base de resina acrílica; Fornecimento e instalação de tachas e tachões para sinalização viária; Fornecimento e instalação de postes e braços projetados de aço; Fornecimento e instalação de placas inclusive moduladas;

Da análise da CAT apresentada verifica-se que alguns itens específicos do quantitativo estimado no Anexo II do Edital de Licitação - Termo de Referência não alcançaram o quantitativo mínimo de 40% (quarenta por cento), podendo-se citar, como exemplo, o item "Tachões Monodirecionais". Por outro lado, no item "Tachões Bidirecionais" é comprovada a execução de valor bem superior ao exigido pelo responsável técnico indicado.

A despeito disso, **é preciso reconhecer que a análise da comprovação do quantitativo mínimo não pode recair sobre itens individualmente considerados**, tendo em vista, principalmente, a multiplicidade dos serviços objeto da licitação, a propósito muito semelhantes entre si. Aqui, vale transcrever pertinente constatação feita pelo Juiz ao deferir a tutela liminar:

"(...) a análise não pode ser direcionada a cada um dos itens individualmente considerados, que são muito semelhantes entre si, tanto que foram

colocados na mesma categoria pelo Edital, que destacada dentre os 'serviços mais relevantes' o 'Fornecimento e instalação de tachas e tachões para sinalização viária', como se depreende das cláusulas 8.5.3 e 12.1.4 acima transcritas". (ID:9898261247).

Ademais, a diferenciação entre tachas e tachões mono ou bidirecionais, como critério decisivo para comprovação da experiência e inabilitação de um concorrente do certame, caracteriza medida que depõe contra os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, porquanto os serviços se mostram semelhantes, frise-se.

Convergindo com essa constatação, cite-se o artigo 30, §1º, inciso I, da **Lei nº 8.666/93**, vigente à época:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

Portanto, **a experiência deve ser comprovada em obra ou serviço de característica semelhante**, o que reflete a situação dos autos.

De mais a mais, os demais elementos informativos presentes no CAT do engenheiro sinalizam que ele possui experiência suficiente para executar o contrato licitado, pois como aferido pela própria comissão

licitadora na decisão administrativa impugnada, o mesmo já foi responsável pela execução de serviços semelhantes, em obra de 726 km de extensão.

Nessa conjuntura, **é lícito concluir pela capacidade técnica da empresa impetrante na execução de obras ou serviços de características semelhantes o objeto do Pregão Presencial nº 029/2023**, estando atendidas as exigências do Edital e da Lei nº 8.666/93.

Registre-se, por fim, que a impetrante teve a proposta mais vantajosa no pregão eletrônico, vez que ofertou descontos de 50% e 35% a cada um dos objetos licitados, de modo que sua inabilitação fez que com que o consórcio público declarasse vencedora proposta **mais onerosa** ao erário, a qual ofertou desconto de 15% para cada objeto.

Ante o exposto, o Ministério Público **opina pela concessão da ordem mandamental pleiteada**, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Uberaba, 01 de fevereiro de 2024.

Diego Martins Aguillar
Promotor de Justiça